



# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **RELUCI – ITEM 3.2.3 - ANEXO III - IN 68/2020**

#### **Exercício 2021**



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES  
Controladoria Geral do Município

---

**Jacimar Marvila Batista**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Presidente Kennedy**

**Ulisse Matta de Araújo**  
**Vice-Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Presidente Kennedy**

**Tércio Jordão Gomes**  
**Secretário da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Presidente Kennedy**

**Tabata Macedo de Almeida**  
**Coordenadora Contábil**  
**Câmara Municipal de Presidente Kennedy**

**Edilene Paz dos Santos**  
**Controladora Geral**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL.....</b>	<b>5</b>
<b>3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>7</b>
<b>4. ITEM 3.2.3, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/20209</b>	
<b>5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1 .....</b>	<b>13</b>
5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS.....	13
<b>5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária .....</b>	<b>13</b>
1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA .....	13
1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA .....	14
1.3 GESTÃO PATRIMONIAL .....	14
1.4 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....	18
<b>5.1.2 Itens de Abordagem Complementar .....</b>	<b>23</b>
2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA .....	23
2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO .....	24
<b>6. PARECER CONCLUSIVO .....</b>	<b>25</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na IN 68/2020 do TCEES e artigos 70 e 74, da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2021 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Presidente Kennedy.

O presente relatório compõe a Prestação de Conta do Ordenador de Despesa da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, Sr. Jacimar Marvila Batista, relativo ao exercício financeiro de 2021, conforme estabelece a Instrução Normativa nº. 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e suas alterações.

Informamos que os Peças da PCA foram enviadas para esta Controladoria Geral do Município em 03/02/2022, pelo OFICIO/CMPK nº 004/2020 através do Processo 2584/2022. E as informações complementares foram enviadas através do Protocolo nº 986/2022.

Os trabalhos foram realizados pela Controladora Geral, sendo auxiliada por profissional de Contabilidade designado para auxiliar nos trabalhos de análise das demonstrações contábeis, a fim de subsidiar a emissão de Relatório e Parecer Conclusivo do órgão central do Sistema de Controle Interno.

## **2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL**

A Controladoria Geral possui a atribuição de promover o Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, cumprindo com suas atribuições legais e constitucionais que, dentre as quais, destaca-se promover efetividade, economicidade e regularidade à gestão municipal.

Ademais, são considerados elementos integrantes da ação do Controle Interno o planejamento de organização, a proteção do patrimônio, a exatidão e fidedignidade dos dados contábeis e a eficiência operacional.

Nesse sentido, compete ao Controle Interno Municipal a missão de proteger o patrimônio público através do auxílio e orientação quanto à elaboração de instruções normativas que objetivem estabelecer padrões procedimentais no âmbito administrativo, assegurando o cumprimento das normas internas, das leis municipais e da legislação federal.

Além disso, é atribuição da Unidade Central de Controle Interno a realização de auditorias nas mais diversas áreas de atuação da gestão pública (no âmbito dos processos administrativos de todas as Secretarias e Câmara Municipal), as quais são destinadas a fiscalização preventiva e corretiva dos recursos municipais, de modo a avaliar e orientar os Gestores e ao Chefe do Poder Executivo acerca do cumprimento das metas fiscais e índices constitucionais, evitando, assim, que eventuais falhas na execução orçamentária e financeira possam resultar em penalização administrativa, civil ou criminal aos Gestores.

Importa registrar que a institucionalização e implementação do “Sistema de Controle Interno” não se trata apenas de exigência da Constituição Federal e Estadual, mas também consiste na necessidade crescente de dotar os Município de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das determinações legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação



## Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

---

dos recursos públicos, proporcionando, assim, maior transparência e tranquilidade aos atos de seus gestores<sup>1</sup>.

Isto posto, o Município de Presidente Kennedy através da **Lei Municipal nº 1.076/2013**, alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015 e regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 008/2017**, definiu as atribuições da Controladoria Geral, previstas no artigo 5º da norma legal.

Assim, além das atribuições prevista em lei, à Controladoria Geral do Município compete prestar consultoria e assessoramento às Secretarias, à Prefeita Municipal e à Câmara Municipal, sempre que solicitado, visando contribuir para a maximização dos resultados na gestão.

---

<sup>1</sup> GLOCK, José Osvaldo. Guia para implantação do sistema de controle interno nos municípios. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011, p. 14.

### 3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente a Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy é classificada como “órgão de administração superior” (Art. 9º, I, d, da Lei Municipal nº 1.040/2012) e está instalada no primeiro andar do Palácio Municipal, situado na Sede do Município.

Quanto à estrutura física registramos que foram adquiridos em 2018, móveis novos para melhor estruturar a Sala da Controladoria Geral. No que se refere aos recursos tecnológicos, informamos que constam instalados 04 (quatro) computadores no setor e mais 01 (um) notebook, que visa auxiliar os trabalhos.

Já no que concerne ao quadro de pessoal lotado na Controladoria Geral, esclarecemos que atualmente a Controladora Geral, nomeada em 27 de setembro de 2018, por meio do Decreto 058/2018, atua com o auxílio de (02) Assessores Técnicos, nomeada em 13/08/2018, por meio do Decreto 040/2018 e nomeado em 19/06/2019, por meio do Decreto 0141/2019 respectivamente, foram que atuam na realização das atribuições específicas do Setor, e no início do ano de 2022, foi realocada uma servidora efetiva para auxiliar os trabalhos da Controladoria, sendo a Controladoria Geral Municipal composta atualmente por 04 servidores, sendo que um deste é efetivo.

Informamos ainda, que a execução das atividades da Controladoria Geral Municipal no exercício 2021, foram prejudicadas em razão da Auditoria que se iniciou nos contratos de Transporte Escolar, com a finalidade de avaliar a legalidade, legitimidade e a execução dos contratos de Transporte Escolar firmados pela Secretaria Municipal de Educação, determinação da Chefe do Executivo, através do memorando PMPK/GAB/MEMO nº 079/2019.

Atrelado a isso, em razão das mudanças que ocorrem no cenário mundial provocadas pela pandemia do novo coronavírus, a Controladoria Geral atuou na maior parte do ano em atendimento a demandas dos órgãos externos, em razão das atribuições legais conferidas a esta **Controladoria Geral do Município – CGM**, nos moldes do art. 5º, da Lei Municipal nº 1.076/2013, sendo então redirecionadas

as ações para atendimentos de novas demandas que se estabeleceram na situação de calamidade pública, no qual foram computadas no total de 37 análises de processos advindos dos órgãos externos (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público do Estado do Espírito Santo).

Além disso, as novas demandas foram surgindo no curso do exercício como atendimentos as notificações, além do assessoramento e Análises Técnicas encaminhadas por gestores, Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento e reformulação do Portal Transparência, revisão das Normas de procedimentos, dentre outros, nesse sentido, foram realizadas diversas solicitações ao Gabinete da Prefeita quanto a latente e urgente necessidade de estruturação de pessoal.

Convém destacar que, a Controladora Geral do Município pretendeu através dos Ofícios CGM/PK nº 116/2019, Processo nº 012.136/2019 e Ofício CGM/PK nº 202/2019, Processo nº 023.300/2019, a reformulação da estrutura da Controladoria Geral Municipal, cuja finalidade é a contratação de mais 03 Auditores Municipais, entretanto, o processo ainda consta em tramitação na Procuradoria Municipal.

#### 4. ITEM 3.2.3, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/2020

Observando o que dispõe o Art. 74, da Constituição Federal, bem como o que dispõe o Art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício de 2021 diversos procedimentos de controle conforme consta do Plano Anual de Auditoria e também outras ações institucionais não planejadas.

Segue abaixo os pontos de controle constantes da Tabela Referencial 1 que foram apreciados pela Controladoria Geral nas Contas da Mesa Diretora da Câmara do Município de Presidente Kennedy.

### **CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL**

<b>1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA</b>					
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base legal</b>	<b>Tipo de procedimento sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.1.2	Despesa realização – sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base legal</b>	<b>Tipo de procedimento sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento o sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>1.4. Limites constitucionais e legais</b>					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento o sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.13	Poder Legislativo Municipal –	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da	Conta da UG Câmara

	despesa com folha de pagamento		analítica	Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Municipal
1.4.17	Despesas com – pessoal subsídio dos vereadores – fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Contas de Gestão Câmaras Municipais
1.4.18	Despesas com – pessoal subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Contas de Gestão Câmaras Municipais
1.4.19	Despesas com – pessoal remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Contas de Gestão Câmaras Municipais
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	CRFB/88, art. 29-A.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Contas de Gestão Câmaras Municipais

## **2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR**

### **2.2. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária**

<b>Código</b>	<b>Ponto de controle</b>	<b>Base legal</b>	<b>Tipo de procedimento sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
2.2.31	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

### **2.6. Demais atos de gestão**

<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base legal</b>	<b>Tipo de procedimento sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
---------------	--------------------------	-------------------	--------------------------------------	---------------------	--------------------

2.6.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1

Registramos que a análise das Contas da Mesa Diretora da Câmara do Município de Presidente Kennedy fundamentou-se na Tabela 01 constantes do Anexo III, da Instrução Normativa TC nº 068/2020, na qual contém os pontos de controle que devem ser apreciados pela Controladoria Geral.

Importa mencionar, que foi editado no Município de Presidente Kennedy o **Decreto nº 081/2021** que dispõe regras acerca do encerramento do exercício de 2021 e em seu Anexo Único, sistematizou todos os prazos para encaminhamento das informações necessárias para elaboração da Prestação de Contas do exercício.

### 5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

#### 5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária

##### 1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 1.1.2			
Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.

Em análise ao Item 1.1.2, informamos que após a conferência nas cópias dos processos selecionados por amostragem e solicitados a Câmara Municipal de Presidente Kennedy, através do Ofício CGM/PK nº 022/2022, constantes ao Processo Administrativo nº 986/2022, verificou-se que não foram realizadas despesas sem a emissão de prévio empenho.

## 1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Item 1.2.2			
Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.

Em análise ao Item 1.2.2, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2021 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Patronal da Despesa Liquidada e efetivamente recolhida no exercício (Tabela 23) e Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, e anexos ao processo nº 2584/2022, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

Item 1.2.4			
Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

Em análise ao Item 1.2.4, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2020 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores recolhidos no Exercício, todos emitidos pela Contabilidade da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, e anexos ao processo nº 2584/2022, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

## 1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

Item 1.3.1				
Bens	em	CRFB/88,	Conformidade	Avaliar se as demonstrações contábeis

estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	(conciliação de demonstrativos)	evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.
--	---	---------------------------------	--

A despeito do Item 1.3.1 registramos que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, vez que o **valor total dos bens móveis** constante do Balanço Patrimonial é de **R\$ 205.699,96** (duzentos e cinco mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) no qual engloba as respectivas depreciações, que resultaram no valor de **R\$ 71.247,59** (setenta e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), que após depreciado resultou no valor de **R\$ R\$ 134.452,07** (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos).

Ao confrontarmos o valor acima constante no Balanço Patrimonial com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis** verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o **R\$ 134.452,07** (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos).

De igual modo, o **valor total dos bens imóvel** constante do **Balanço Patrimonial** é de **R\$ 246.668,54** (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), no qual engloba as respectivas depreciações, que resultaram no valor de **R\$ 10.155,02** (dez mil, cento e cinquenta e cinco reais e dois centavos), que após depreciado resultou no valor de **R\$ 236.513,52** (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e dois centavos).

Assim, o valor de **bens imóveis** inseridos no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Imóveis** é idêntico ao valor descrito no Balanço Patrimonial, qual seja, **R\$ R\$ 236.513,52** (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e dois centavos) demonstrando que ambos são compatíveis e que os bens em estoque estão evidenciados em sua integralidade.

Ademais, evidenciou-se que os valores apurados dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis constantes no Balanço Patrimonial e Inventário Anual estão em consonância aos valores apurado e descrito no Termo Circunstanciado de Bens Móveis e Termo Circunstanciado de Bens Imóveis, elaborados pela Comissão Permanente de Patrimônio, nomeada através da Portaria nº 560/2021.

**Tabela 1) Estoques, Imobilizados e Intangíveis**

**Em R\$ 1,00**

Descrição	Balanço Patrimonial	Depreciação	Inventário	Diferença
	(a)	(b)	(c)	(a-b-c)
Estoques	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Bens Móveis	R\$ 205.699,66	R\$ 71.247,59	R\$ 134.452,07	R\$ -
Bens Imóveis	R\$ 246.668,54	R\$ 10.155,02	R\$ 236.513,52	R\$ -
Bens Intangíveis	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, conforme tabela acima.

Item 1.3.2			
Bens móveis, Imóveis e Intangíveis Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.

Quanto ao Item 1.3.2, registramos que a Câmara Municipal de Presidente Kennedy, através da Portaria de nº 560/2021, designou os membros da Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Inventário e Avaliação dos Bens Patrimoniais da Câmara, sendo composta por 03 membros que são responsáveis administrativos pelo controle, registros e fiscalização. Ademais, evidenciou-se que os registros analíticos de bens de caráter permanente, constantes nos Relatórios de Inventários possuem elementos exigidos para sua caracterização.

Item 1.3.3			
Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º,	Conformidade (Verificação)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

financeiras – depósito e aplicação	do artigo 164 da CRFB/88.	documental)	
------------------------------------	---------------------------	-------------	--

No que se refere ao Item 1.3.3, informamos que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais – Caixa Econômica Federal – Conta Corrente nº 0071001-5, Agência nº 2396, conforme verifica-se no Termo de Verificação das Disponibilidades do Exercício de 2021 encaminhado à Controladoria Geral por meio do processo nº 2584/2022 e informação constante através de Ofício 003/2022 expedido pela Agência da Caixa Econômica Federal do Município de Presidente no qual é possível confirmar a informação obtida nas peças contábeis.

Item 1.3.4			
Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.

A despeito do Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício de 2021 e verificamos que não possuem diferenças apuradas, sendo ambos compatíveis.

**Tabela 02 - Termo de Verificação das Disponibilidades**

Código do Banco	Agência	Nº da Conta	Tipo da Conta	Fonte de Recurso	Saldo Contábil	Saldo Bancário	Saldo Bancário Conciliado	Diferença (b-a)
					(a)	(c)	(b)	
104	2396	71001-5	CORRENTE	10010000000	-	0,00	0,00	0,00
104	2396	71001-5	APLICAÇÃO	10010000000	R\$ 404.877,49	R\$ 404.877,49	R\$ 404.877,49	0,00
<b>TOTAL</b>					R\$ 404.877,49	R\$ 404.877,49	R\$ 404.877,49	<b>R\$ 0,00</b>

Entretanto, ao compulsar os dados com os valores enviados através dos extratos bancários, pode ser constatado um saldo de R\$ 103,80 (cento e três reais e oitenta centavos), sendo então expedido do Ofício CGM/PK nº 033/2022 à Câmara Municipal para prestar esclarecimentos.

Nesse sentido, através do Processo 3276/2022, a Câmara Municipal informou que

“ a conta bancária nº 71.005-8 é destinada e exclusivamente movimentada para recursos de suprimento de fundos sob a responsabilidade da servidora designada Adenilda Moreira Marvila e que o saldo de R\$ 103,80 (cento e três reais e oitenta centavos) constante em tal conta no dia 31/12/2021 se refere a pagamento realizados e devidamente prestados contas. O saldo é referente aos cheques 900056 e 900059 cujo fornecedores não representaram o cheque junto ao banco até a tal data, porém os pagamentos já foram realizados aos mesmos”

Deste modo, e frente a informação prestadas, verifica-se a existência de conformidade deste item.

#### 1.4 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Item 1.4.7			
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

Quanto aos limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 LC 101/2000 foram atendidos, já que o total da despesa com remuneração de pessoal no exercício de 2021 resultou no percentual de 0,43% (zero virgula quarenta e três cento), portanto, não ultrapassou ao limite de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município do presente exercício (R\$ 395.297.743,49), conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo de Despesa com Pessoal do Poder Legislativo referente ao 2º semestre de 2021 (RGF), disponível e publicado em 24/01/2021, atendendo ao que disciplina a alínea “a”, do inciso III, do Art. 20, da Constituição Federal.

**Tabela 03 – Despesas com Pessoal**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL	R\$ 395.297.743,49
b) Despesas totais com pessoal	R\$ 1.706.473,41
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a)	0,43 %
d) % Limite das despesas totais com pessoal em relação à RCL	6%

Pelo exposto, verifica-se o cumprimento ao disposto nos artigos 19 e 20 LRF.

Item 1.4.13				
Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	CRFB/8 8, art. 29-A, § 1º.	Conformidade de (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha d/e pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	

O gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício, conforme demonstrado no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária e nas Razões do Plano de Contas dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios; vencimentos e salários; férias; e décimo terceiro).

O valor do duodécimo repassado à Câmara Municipal em 2021 foi de **R\$ 2.382.624,88** (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos), constante do Balanço Financeiro (BALFIN).

Ao aplicarmos o percentual de 70% sobre o valor do duodécimo obteremos o montante de **R\$ 1.667.837,42** (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Já o valor total gasto realizado pela Câmara Municipal com folha de pagamento foi de **R\$ 1.423.183,85** (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos), no percentual de 59,8 % sobre o valor do duodécimo, nos termos descritos no Balancete da Despesa Orçamentária do Exercício 2021 e Demonstrativo de Despesa com Pessoal – Poder Legislativo.

**Tabela 04 - Gastos Folha de Pagamentos – Poder Legislativo:**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Total de Duodécimos (Repasse) Recebidos no Exercício	R\$ 2.382.624,88
b) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	R\$ 1.423.183,85
c) % Gasto com folha de pagamentos (b*100/a)	59,8 %
d) % Limite Gasto com folha de pagamentos	70,00%

Portanto, é possível concluir que a Câmara Municipal de Presidente Kennedy **NÃO** realizou gastos com a folha de pagamento acima do limite de 70% contido no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Item 1.4.17			
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade e (Análise documental)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.

Quanto ao item 1.4.17, evidenciou-se que os subsídios dos Vereadores instituídos pela Lei Municipal nº 1.289/2016, foram fixados em cumprimento aos limites máximos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CFRB/88 e em consonância com os valores fixados de uma legislatura para outra, conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2021 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Contabilidade/CMPK.

A Constituição Federal estabeleceu o valor máximo dos subsídios dos Vereadores, e no caso do Município de Presidente Kennedy, a regra está contida no inciso VI, alínea b, conforme verifica-se abaixo:

Art. 29.

(...)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, **observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica** e os seguintes **limites máximos**:

(...)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a **trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais**; (grifo nosso)

Nesse sentido, o subsídio dos Vereadores do Município de Presidente Kennedy está limitado a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, que no Estado do Espírito Santo, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10.317/2014 em anexo, foi fixado em R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) o subsídio do Deputado Estadual a partir da legislatura de fevereiro/2015.

Sendo assim, o subsídio dos Vereadores do Município de Presidente Kennedy fixado em Lei para a Legislatura de 2017 a 2020 é de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), ou seja, o Poder Legislativo Municipal está em estrito cumprimento à legislação em vigor.

Item 1.4.18			
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

Os subsídios dos Vereadores foram pagos nos termos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CRFB/88, atendendo aos limites máximos fixados e ao valor estabelecido de uma legislatura para outra (Lei Municipal nº 1.289/2016), conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2021 de todos os 09 (nove) Vereadores que compõe o Poder Legislativo Municipal, anexadas à documentação emitida pela Contabilidade/CMPK, no processo nº 2584/2022.

Item 1.4.19				
Despesas com pessoal – remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	

Considera-se “receita do Município” toda a receita realizada pelo Município de Presidente Kennedy no exercício de 2021, a qual pode ser constatado no Balanço Orçamentário Consolidado de 2021, no valor de **R\$ 395.297.743,49** (trezentos e noventa e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Assim, ao aplicarmos o percentual de 5% sobre este montante de R\$ **395.297.743,49** obteremos o valor de **R\$ 19.764.887,17** (dezenove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos), o qual, se comparado ao total da despesa com remuneração dos Vereadores no exercício de 2021 constante no Relatório Anual da verbas do

Exercício de 2021 (R\$ 732.813,33), será possível perceber que tal limite **não** foi alcançado e, portanto, a Câmara Municipal atendeu o inciso VII, do Art. 29, da CF.

Item 1.4.20			
Poder Legislativo Municipal – despesa total	CRFB/88, art. 29-A.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.

No que tange ao total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, restou evidenciado que **NÃO** ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado no Balancete Orçamentário do exercício de 2021 e nas Razões do Plano de Contas dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios; vencimentos e salários; férias; e décimo terceiro).

Nesse sentido, o somatório da receita tributária e das transferências legais (Art. 153, § 5º; Art. 158; e Art. 159) efetivamente realizadas no exercício anterior correspondeu a **R\$ 34.023.212,47** (trinta e quatro milhões, vinte e três mil, duzentos e doze reais e quarenta e sete centavos), conforme informado pela Divisão de Contabilidade deste Município.

O percentual de 7% sobre o somatório da receita tributária e das transferências legais (Art. 153, § 5º; Art. 158; e Art. 159) efetivamente realizadas no exercício de 2021 corresponde a **R\$ 2.381.624,87** (dois milhões, trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), que correspondente ao valor do duodécimo repassado.

**Tabela 05 – Repasse ao Poder Legislativo**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita tributária e transferências (Art. 29-A CF/88)	R\$ 34.023.212,47
b) percentual de 7%	7%
c) Valor máximo permitido para transferência (b*a).	R\$ 2.381.624,87

d) Valor efetivamente transferido	R\$ 2.381.624,88
-----------------------------------	------------------

O **valor total da despesa do Poder Legislativo Municipal** no exercício de 2020, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, foi de **R\$ a R\$ 2.381.624,87** (dois milhões, trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), que é a **despesa total liquidada** lançada no Balancete Analítico de Despesa Orçamentária de 2021.

Portanto, a Câmara Municipal de Presidente não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

### 5.1.2 Itens de Abordagem Complementar

## 2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 2.2.31			
Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.

A despeito do item 2.2.31, informamos que **NÃO** houve a realização de pagamento sem liquidação, sendo os processos de pagamentos da Câmara Municipal de Presidente Kennedy realizados nos moldes do artigo 63 da Lei 4.320/1964, já que analisamos por amostragem processos de pagamentos, da relação empenhos no exercício de 2021 emitida pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy, constantes no processo de nº 986/2021, a saber, 1624/2021; 1268/2021; 440/2021; 013/2021 e 201/2021, disponibilizados através de cópia dos processos.

Desta forma, restou constatado que o diploma legal foi cumprido, conforme tabela a seguir:

**Tabela 06 – Processos de Pagamento**

Nº PROCESSO	Nº CONTRATO	Nº DE EMPENHO	Nº DE LIQUIDAÇÃO	Nº DE PAGAMENTO
1621/2021	DISPENSA ART 24 LEI 8.666/93	090/2021	186/2021	289/2021
1268/2021	DISPENSA ART 24 LEI 8.666/93	076/2021	158/2021	242/2021
440/2021	DISPENSA ART 24 LEI 8.666/93	39/2021	121/2021	185/2021
013/2021	DISPENSA ART 24 LEI 8.666/93	09/2021	032/2021	048/2021
0201/2021	005/2017	01/2021	036/2021	052/2021

## 2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO

Item 2.6.4			
Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

A despeito do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal, quanto ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 15.100,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.052/2012), evidenciou-se cumprindo, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88, e conforme declaração do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, constante no processo nº 4896/2021.

Item 2.6.5			
Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.

A despeito do item 2.6.5, informamos que NÃO houve a realização de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens e jetons sem a devida autorização em Lei específica, conforme declaração do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, constante no processo nº 2584/2022, restando assim, evidenciado que todos os pagamentos efetuados possuíram respaldo em lei específica.

## 6. PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal, elaborada sob a responsabilidade do Sr. Jacimar Marvila Batista, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, relativa ao **exercício de 2021**.

Inicialmente, face aos pontos de controle analisados por esta Controladoria Geral das Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal delimitados neste documento, resguardado o escopo e limitações de auditoria, conforme elencados no item 3 deste relatório, **não constatamos nenhuma irregularidade que requeira recomendações de conduta e/ou atuação do Gestor**, sendo que os esclarecimentos necessários quanto aos pontos de controle analisados já foram devidamente explicitados no Capítulo 5.

Registramos oportunamente que **todos** os documentos mencionados **neste Relatório** constam arquivados na Controladoria Geral e estão à disposição deste Tribunal de Contas para quaisquer avaliações e verificações.

Outrossim, cumpre-nos destacar que **tendo em vista a ausência de habilitação profissional/competência técnica desta Controladora Geral, houve a indicação de profissional de contabilidade para auxiliar na análise das demonstrações contábeis.**

Isto posto, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e elencados pontualmente no Capítulo 5, esta Controladoria Geral emite opinião de que peças que integram a Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2021 encontra-se **REGULAR** e em condições de ser encaminhada aos Órgãos de Controle Eterno para análise e julgamento.

Presidente Kennedy, 14 de fevereiro de 2022.

---

**EDILENE PAZ DOS SANTOS**  
CONTROLADORA GERAL